

DECLARAÇÃO DE NITERÓI XXX CUPÚLA DE MERCOCIDADES “CAMINHOS PARA CIDADES RESILIENTES, PACÍFICAS Y SUSTENTÁVEIS”

As cidades da América presentes na Cúpula de Mercocidades, provenientes de Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Colombia, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, Panamá e Uruguai, expressamos nesta declaração nosso compromisso por uma região mais inclusiva, pacífica, democrática, integrada e sustentável. Mas, não podemos deixar de destacar que o mundo que habitamos nos apresenta uma série de desafios complexos que devemos abordar desde os territórios.

Em nível global vemos como avança sem precedentes a concentração de riquezas, onde ano a ano o ingresso da maioria da população diminui em termos reais. Esta situação avança de forma paulatina e contínua provocando frustrações e insatisfações na cidadania, rachando os cimentos de nossas democracias e questionando sua funcionalidade como mecanismo para construir e projetar futuros de maior bem-estar.

Essas frustrações propiciam o ambiente para o aumento dos extremismos. A frustração da cidadania promove a violência política e narrativas contra os acordos globais e civilizatórios como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030, a democracia e os acordos vinculados à Mudança Climática.

Além disso, a violência aumenta a nível global. O mundo experimentou em 2024 um número recorde de conflitos interestatais, com mais da metade dos estados membros das Nações Unidas envolvidos ativamente em conflitos além das suas fronteiras. Vemos uma grave diminuição no número de acordos de paz negociados e nossas instituições multilaterais estão lutando para proporcionar soluções oportunas e efetivas em um contexto de um profundo desfinanciamento. Por sua vez, os homicídios intencionais nos territórios são responsáveis por 3,7 vezes mais mortes que os conflitos e o terrorismo juntos. A atividade do crime organizado contribui com 22 por cento dos homicídios intencionais a nível mundial. E a América Latina é responsável por 50 por cento de todos os homicídios intencionais.

Em um contexto mundial e regional onde as consequências da mudança climática se experimentam cada dia com maior intensidade em nossas cidades, somos testemunhas e vítimas de expressões de escravidão moderna, de violências bélicas e urbanas, de discriminação racial, étnica, de gênero, de manifestações e assassinatos homofóbicos, de grandes desigualdades e inequidades que agravam a pobreza, com a qual convivemos diariamente em nossas cidades.

Para atender estas necessidades que ameaçam a convivência democrática e a paz em nossas cidades, impedindo de termos entornos seguros e resilientes, desde os governos locais e nossas redes, propomos mais diálogo, maior coesão entre nossos municípios, ampliação da cooperação descentralizada e da solidariedade para fortalecer nossas capacidades e impulsionar oportunidades de cooperação e financiamento que nos permitam encontrar soluções efetivas em direção ao desenvolvimento sustentável e saudável da nossa região.

América Latina é o continente mais urbanizado do planeta e é por ele que os desafios e as responsabilidades destas cidades por construir uma região mais sustentável, cobram especial relevância. Devemos pensar nossas cidades “mais seguras, pacíficas e

sustentáveis”, atravessadas pelo direito à cidade. E três perspectivas que entendemos serem fundamentais: cidade ambientalmente sustentável, cidade centrada nas pessoas e cidade de cuidados.

Entendemos ser fundamental impulsionar uma Coalizão Social Local que avance por três vias chaves: compromissos políticos de alto nível para defender direitos como a moradia, a alimentação e a cultura; soluções práticas que possibilitem uma mudança duradoura para as gerações presentes e futuras; estratégias multilaterais para ancorar as prioridades nas agendas globais para a cooperação localizada.

A XXX Cúpula de MERCOCIDADES “CAMINHOS PARA CIDADES RESILIENTES, PACÍFICAS Y SUSTENTÁVEIS” declara que:

- Assume o desafio expressado nesta cúpula no sentido de agendar com prioridade em nossos planos e ações:
 - ✓ Segurança pública - Construção de cidades mais seguras; priorizar a ação preventiva com objetivo de romper os ciclos intergeracionais de violência e o combate ao crime, na defesa da vida; adoção de soluções centradas no ser humano e baseadas em dados para diagnosticar as causas fundamentais da violência e apoiar a atribuição eficiente de recursos para a prevenção da violencia; garantir o acompanhamento e avaliação adequadas das estratégias aplicadas para manter e ampliar as medidas eficazes; assegurar a legitimidade das ações com uma participação significativa das comunidades, incorporando a perspectiva de gênero; coordenar a ação preventiva em todos os setores e níveis de governo; desenvolver estratégias que reconheçam a natureza hiper localizada e interrelacionada da violência, e se centrem nas pessoas com maior risco.
 - ✓ Construção de cidades cuidadoras; mais igualitárias e justas, que se sustentem na comunidade e a organização social, que incorporem um olhar de equidade de gênero, encorajando outras formas de viver y gerenciar o comum. Cidades que cuidam das pessoas, o ambiente, promovem o autocuidado e permitem que cuidemos de outras pessoas. Para ele nos comprometemos em continuar fortalecendo o Compromisso das cidades com os cuidados.
 - ✓ Construção das cidades integradoras: que encorajem a coesão social e a inclusão de todas as pessoas que habitam seus territórios, sem distinção de origem, gênero, capacidades ou condições socioeconômicas; criação de uma participação ativa de suas comunidades na tomada de decisões para gerar espaços e oportunidades equitativas para seus habitantes; desenvolvimento de políticas públicas que priorizem diálogos democráticos, desde a diversidade e o respeito, para a construção de um entorno onde a cidadania possa promover o desenvolvimento de um tecido social forte e resiliente para melhor qualidade de vida.
- Reafirma o compromisso político e institucional com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sua agenda e suas metas, promovendo sua aceleração desde nossas cidades.

- Se compromete a articular uma Coalizão Social Local que avance em pactos políticos de alto nível para defender direitos como a moradia, a alimentação e a cultura, promovendo soluções práticas que brindem uma mudança sustentável para as gerações presentes e futuras.
- Prioriza a prevenção e a mediação como responsabilidades dos governos locais colocando os programas de gestão da tensão, convivência territorial, coesão social e mitigação do temor ao crime junto com a promoção de direitos e o envolvimento da comunidade no projeto, implementação dos programas e avaliação das iniciativas.
- Afirma que a segurança é um desafio que requer a convergência de diversos fatores a nível local para desenvolver soluções pragmáticas e efetivas, estabelecendo a cooperação descentralizada como um meio efetivo para envolver aos governos locais em assuntos de segurança.
- Rejeita os discursos de ódio e qualquer ameaça à estabilidade dos governos legítimos e democraticamente eleitos e chama a resolver qualquer conflito no marco do Estado de Direito, intercedendo pela defesa da democracia e a institucionalidade em América Latina.
- Estima como um ativo fundamental da América Latina ser um território de Paz, o que deve ser defendido perante as forças que ameaçam sua continuidade. Como representantes eleitos pela vontade popular, erguemos nossas vozes para rejeitar de maneira exclusiva toda ação que atente contra nossa soberania política, econômica e/ou territorial.
- Convoca às cidades latinoamericanas a definir compromissos políticos compartilhados em oito pilares temáticos: moradia, finanças locais, sistemas alimentários, saúde pública, justiça climática, cultura, prevenção de conflitos locais e novos elementos essenciais, baseados nos princípios transversais de cuidado, antidiscriminação ecoliderança juvenil, em suma territórios de paz.
- Reconhece aos serviços essenciais como bens comuns e como direitos humanos. Os serviços essenciais não são somente uma questão de infraestrutura física, mas também de dignidade, justiça, saúde, segurança e coesão social.
- Promove as políticas de desenvolvimento baseadas nos direitos culturais como a única forma efetiva de chegar a um modelo que coloque os seres humanos e as comunidades realmente no centro da ação política.
- Afirma à moradia como um direito universal. As moradias adequadas e acessíveis são a condição para a igualdade nas cidades e os territórios, o ponto de entrada aos serviços públicos e a pedra angular de uma vida democrática.
- Faz um chamado rumo à segurança alimentar mundial renovada e de pacto mundial contra a fome.
- Estabelece à integração regional como mandato político inexorável que se remonta às origens de nossos povos. Integração cada vez mais vigente em um mundo mais fragmentado e com forças revolucionárias. Até a próxima presidência pro tempore uruguaia da CELAC, o Consenso de Brasília e o MERCOSUR expressamos uma vez mais a necessidade de aprofundar a autonomia local, avançar em ferramentas de financiamento locais, nacionais e regionais, e reconhecer o legítimo direito dos governos locais a contar com espaço de representação nos blocos regionais.



- Solicita participação nas definições das agendas e um reconhecimento efetivo aos governos locais nos fórum de debate internacional como ONU, CELAC, Consenso de Brasília, UE, e outras organizações multilaterais devido ao impacto nos territórios das definições políticas de suas agendas.

Os desafios estão em nossas cidades e a ação conjunta e as oportunidades também.

5 de dezembro de 2025, Niterói, Brasil.